

TRANSFORMAÇÃO ECONÔMICA E HETEROGENEIDADE SOCIAL NA AMÉRICA LATINA

Maria de A. Brandão'

Fernando Pedrão**

RESUMO

Este estudo comparativo desenvolve uma discussão teórico-metodológica sobre as condições concretas da mudança social, especificamente da mudança nas relações capital/trabalho. Privilegiando uma vertente regional que analisa hegemonias e periferias tanto internas quanto externas, examina a relação entre Estado e empresa, definindo o Estado como novo produto das relações de classes e ao mesmo tempo produtor de mudança. A síntese das mudanças na América Latina estaria no estabelecimento de bases para uma sociedade de massas e na extraordinária ampliação e burocratização do aparelho estatal, acompanhados de estruturas sociais nacionais emergentes.

1. A motivação prática da análise teórica

As intensas transformações sofridas pela quase totalidade dos países latino-americanos nos últimos 15 anos refletem-se em sua estruturação de classes e no modo como estas processam a mudança. Daí às transformações na forma como se produz a reflexão social, como ela se converte em interpretações na transmissão do conhecimento e de valores, é um passo. Em outras palavras, os modos da subordinação são, também, os modos como se reconhecem e se enfrentam as condições da subordinação. É a partir desse confronto que se desenvolve a reflexão crítica – no caso, o acesso a uma reflexão adulta sobre a contingência do social, capaz de organizar a ação como política. E a pedagogia, conceito totalizante da transmissão do conhecimento inquisitivo⁽¹⁾, torna-se um dos eixos das transformações que ocorrem no âmbito da realidade social.

' Livre-docente e professora de Sociologia da Universidade Federal da Bahia.

** Doutor e professor titular da Universidade Federal da Bahia.

(1) Referimo-nos aqui à concepção clássica exposta, por exemplo, por Werner Jaeger em *Paideia*, México, Fundo de Cultura e Economia.

O fato de que os segmentos de classes sociais se apropriam de modo diferenciado das informações pertinentes ao dinamismo da sociedade conferem-lhes uma capacidade de avaliar, de chegar a ter uma visão de conjunto do processo nacional que, finalmente, é a capacidade social de crítica das implicações desse processo em termos de poder. Este passa a ser o ponto de apoio para a formação de posições sobre o modo como se pretende devolver à sociedade esse conhecimento, na forma de mecanismos de intervenção.

A política social, em suas diversas formas, expressa este fato. Nela refletem-se as posições dos segmentos líderes, na defesa daquilo que percebem como seus interesses diretos e na busca de resultados que correspondem à ideologia que incorporam. Assim, ajusta-se a relação com os centros hegemônicos mundiais e modificam-se as propostas de manejo social do conhecimento em seus aspectos de inovação e de controle.

Esse processo certamente é muito desigual entre os países latino-americanos, dadas as diferenças na estabilização de valores próprios, de exposição à influência externa e de amplitude dos segmentos hegemônicos nacionais. É uma observação, por exemplo, que indica diferenças muito mais complexas e maiores entre os países com maior escala de suas economias e os menores, devidas à maior vulnerabilidade dos segundos aos movimentos de transferência de tecnologia, à falta de escala para empreender trajetórias próprias de entrada às formas mais modernas de capital, com seus respectivos padrões organizacionais. No Brasil, como na Argentina, na Colômbia e no México a consolidação de núcleos hegemônicos nacionais, regionais e socialmente concentrados, que se prolongam nos segmentos sociais dinâmicos das demais regiões, é favorecida pela esmagadora concentração dos meios de comunicação. A questão se concretiza na interrelação entre esse processo hegemônico e a apropriação de conhecimento modernizante: de que modo, concretamente, o conhecimento dos movimentos de mudança leva a estratégias de apropriação de conhecimento; e como essas estratégias resultam em ampliações ou reduções das margens de poder de cada segmento social, em relação ao aparelho do Estado.

O avanço do núcleo hegemônico traduz-se em novas posições de classe, em nova distribuição social do poder, com reajustes nas posições dos grupos de classe média e em sua maior ou menor identificação com as posições dos grupos economicamente mais dinâmicos. Nos países de maior porte, temos uma consolidação diferenciada da classe média, com um traço fundamental, que é o fato de encontrar-se uma parte numerosa nas cidades médias, em comparação com a situação das regiões relativamente menos capitalizadas (por exemplo: Sudeste brasileiro, cidades do Banco do Paraná e Oeste mexicano). Tanto pelo que isso revela como perfil de urbanização, como pelo que indica de organização das regiões, é um aspecto que distingue claramente as perspectivas dessas regiões umas das outras, e mostra uma diferenciação qualitativa fundamental no comportamento das classes médias em suas relações com os grupos de baixa renda urbanos e rurais.

Tudo isso se reflete na formalização de novas posições de classe, no

relativo à transmissão do conhecimento, ao modo como ele é solicitado a preparar a força de trabalho para atender às necessidades dos segmentos dinâmicos da economia, e como isso se converte numa concepção de pedagogia, tornando-se um meio de controle e um modo de processar a identidade nacional em formação. De outro lado, a ideologia da pedagogia é paulatinamente modificada, à medida que incorpora os elementos ideológicos que animam as reivindicações dos diversos grupos de rendas médias e dos grupos de trabalhadores, por contraposição com a ideologia do núcleo dirigente de maiores níveis de renda.

Nem por isso a América Latina deixou de importar – e continua a fazê-lo – propostas educacionais de centros hegemônicos mundiais, primeiro da França e agora dos Estados Unidos, com muito pouca visão crítica das raízes históricas que as sustentam, por isso mesmo muitas vezes utilizando seus procedimentos e percepções como se eles fossem universais, desligados dos processos que deram lugar àquelas formalizações.

Entretanto, a internalização de uma visão socialmente crítica da pedagogia passa pela possibilidade de tratá-la como produto de um processo que resulta em formalizações, mas que modifica essas formalizações e que, por isso mesmo, deve ser apreciado por seu dinamismo e não em cada uma de suas formalizações. Internamente, a apropriação feita pelos grupos mais dinâmicos reflete sempre uma linha de tensão dada pelo confronto entre modernização e resistência de posições estabilizadas, assim como expressa a crescente diferenciação entre as percepções das camadas econômicas e das prioridades que eles põem em objetivos imediatos ou mediatos de renda.

São bem oportunas, por exemplo, as observações de Labini, destacando o maior peso das condições econômicas imediatas – principalmente de renda – como base constitutiva das condições atuais de classe, do que da situação genérica de capitalistas ou de assalariados. A possibilidade de uma revisão da percepção latino-americana passa por esses pontos, alimentando-se de informações relevantes na escala nacional e na de algumas regiões de cada país, na medida em que estas contenham elementos próprios de uma relação histórica concreta com os centros hegemônicos mundiais. Aí pode estar um aspecto fundamental a ser explorado numa discussão como a que nos interessa agora.

2. Condições e formas atuais da transformação social na América Latina

Transformações que aparecem muitas vezes sob a forma de movimentos de conjuntura podem, em outras ocasiões, revelar processos de maior profundidade estrutural. Mesmo sob o risco de incorrer no lugar comum de considerar que esta época é mais importante que outras, vale a pena ressaltar as interrelações entre as transformações que se visualizam a nível nacional, os movimentos à escala mundial e as repercussões locais. Paralelamente, é oportuno assinalar as correspondências entre os grandes movimentos na organização mundial da economia – na formação do capital e no modo de engajamento da popu-

lação no processo econômico – e os movimentos de reflexão, de crítica, de reordenamento das relações de classe e, finalmente, de concretização da análise social.

Em outras palavras, trata-se da apreensão crítica da relação entre a análise social e as condições concretas a que ela se refere e onde se apoia. A presunção é de que esses grandes movimentos do capitalismo na escala mundial levaram, de modo visível, desde a década de 70, a um reordenamento de posições entre países e, especialmente, a mudanças qualitativas nas relações entre os países mais capitalizados e entre esses e os países semi-industrializados. Tentamos agora nos ater a esses aspectos qualitativos das relações entre países e ao modo como eles se transferem ao meio latino-americano e se estruturam em diferentes problemáticas nacionais.

As transformações sociais certamente não podem ser reduzidas aos seus aspectos aparentes de modernização, nem ao seu processamento numa determinada malha de relações de classe. Pelo contrário, elas qualificam e eludem os fatos imediatos da modernização e atingem o processo que engendra as próprias relações de classe. O questionamento do social é nitidamente categórico. Procura-se resolver na leitura social questões extremamente práticas de economia, pelo que elas representam das relações de poder, mas também pelo que elas representam de componentes essenciais da identidade histórica do social. No momento em que se delinea uma crítica das identidades nacionais, através da contraposição de poderes entre o Estado nacional e as multinacionais, levantam-se também, em cada país, contradições internas, ou pelo menos pontos de tensão, que demonstram a heterogeneidade da realidade social em que assenta a unidade política.

Com isso, pretendemos valorizar a posição da categoria de totalidade na explicação do social concreto e compor o perfil de uma reflexão crítica que se dirija à auto-reflexão do social, no ponto em que, justamente por perceber os problemas de inteligibilidade do social e de validade da transmissão da consciência do social, esta se transforma numa pedagogia. Procuramos, além disso, trabalhar sobre os pontos mais diretamente identificados com a possibilidade de um pensamento reflexivo, assentado numa perspectiva do periférico, ou simplesmente diverso do hegemônico.

Um possível ponto de partida desta análise é a discussão acerca dos movimentos próprios que a maturidade do capital, em determinados países da América Latina, pode permitir na atualidade. É uma controvérsia que obviamente enfrenta as observações sobre o aumento da pressão internacionalmente exercida pelos centros hegemônicos mundiais. Trata-se, portanto, de um ponto de partida que se remete ao modo como se reproduzem nacionalmente os movimentos cíclicos intrínsecos ao processo de acumulação de capital. Uma aproximação que destaca a subordinação da acumulação em escala nacional a determinações da expansão e das restrições de mercado, mas que não necessariamente considera as limitações provindas das dimensões de mercado em cada país e mais especificamente, as limitações de mercado conseqüentes do

perfil e da dinâmica da distribuição da renda, da mobilidade social, da integração cultural e do acesso aos modos de consumo coletivo. Em outras palavras, é um argumento que falha em captar a complexidade das interrelações entre os elementos econômicos desse processo de acumulação e o específico das características estruturais de cada unidade nacional ou de cada unidade regional.

A crítica deste argumento é, mais uma vez, fundamental com referência à América Latina, independente do nível de profundidade histórica e do grau de heterogeneidade atual de suas estruturas sociais, pela forma como a acumulação de capital segue caminhos específicos, adequando-se às restrições externas e modificando os modos como utiliza os recursos nacionalmente disponíveis. Logo, ao reconhecer que a acumulação interna de capital é inseparável dos movimentos de escala mundial, é necessário passar a uma argumentação mais específica, mais adequada a refletir a conjunção dos elementos trazidos pelas transformações da economia com os elementos relativamente duradouros da formação social de cada país.

No caso do Brasil, por exemplo, um país saído da concentração bancária e de um novo patamar de articulação financeira ocorridos na década de 70, é um país em busca de um novo perfil de relações externas, nova inserção no mercado internacional, em parte combinando a expansão industrial com novas formas de subordinação da agricultura, em parte procurando novos vetores de crescimento no âmbito da indústria. A prova disso são as preferências outorgadas ao grupo das indústrias de alta tecnologia, o que se deu com a exigência de novos mercados, para o que a expansão do mercado interno, mesmo quando globalmente suficiente, tem sido qualitativamente inadequada em relação à expansão do mercado mundial. O país na década de 80 é um país em busca de uma reorganização do aparelho produtivo para viabilizar a reprodução do capital industrial. E para isso busca novas condições de trabalho, novos modos de socialização de seus custos de produção.

Também, é um país que enfrenta profundas diferenças na organização de classes, que se aprofundam à medida em que avança a incorporação de técnicas e se alargam as diferenças entre as condições de educação dos grupos inferiores de renda e os requisitos de força de trabalho e entre as regiões mais ricas e as mais pobres. Assim, se por um lado os impulsos da acumulação de capital permeiam toda a estruturação da economia, por outro lado encontram diferentes condições de ressonância nas diferentes estruturas do social. E encontram-se diferenças substantivas entre as condições sociais da capitalização dos estados mais industrializados e dos mais centrados na modernização da agropecuária.

No presente, tanto o Brasil como o México são países onde os movimentos de ampliação e proletarianização dos grupos médios de renda e de expansão dos grupos de rendas mais baixas ocorrem em condições profundamente diferenciadas de urbanização e de inserção no circuito nacional de informações. As articulações entre os estamentos de rendas semelhantes são muito grandes num mesmo meio urbano – no Rio de Janeiro, São Paulo, cidade do

México —, mas são ténues quando se comparam diferentes meios urbanos. O específico de cada região é sintetizado de diferentes modos em cada uma das cidades principais e o aprofundamento da supremacia de uma região, como a paulista não impede que prossigam processos regionais cuja identidade se modifica, mas não se dilui no conjunto nacional.

Uma questão fundamental a colocar, entretanto, refere-se às bases que sustentam a continuidade do processo de hegemonia no âmbito nacional. É evidente que as regiões hegemônicas se nutrem de privilégios na relação externa, cuja expansão depende muito de sua função de intermediação de mercadorias do país em seu conjunto com o exterior; e que, por isso mesmo, depende muito do espaço que consegue na economia mundial. Assim, do lado externo, a oligopolização da economia mundial constitui um freio à sua expansão, enquanto sua relação interna tende a mudar em função das condições globais dessa expansão e no que ela depende mais diretamente do desempenho das demais regiões.

A observação do ocorrido no Brasil desde fins da década de 70 ilustra esta análise, verificando-se que a contração da economia nacional se traduziu numa maior pressão concorrencial das regiões mais ricas frente às mais pobres, assim como numa pressão maior das empresas grandes em relação às pequenas. A luta para repassar as margens de inflação concretizou-se, afinal, em vantagens adicionais para aqueles setores com melhores condições monopolísticas e em mais intenso uso das alianças com o Estado para assegurar vantagens especiais. Em síntese, acentuaram-se as características de concentração na acumulação de capital e a economia tendeu a procurar sempre um equilíbrio baseado naquelas escalas de mercado em que se maximizava o lucro real em relação ao uso de capital de giro. E os esforços dispendidos pela equipe econômica da Nova República não são senão uma tentativa de proteger as margens de lucro estabelecidas no período inflacionário anterior.

3. O processamento social da mudança: heterogeneidade e unificação em escala nacional

Os processos de inclusão e de exclusão, de modernização e de arcaização de segmentos da sociedade não são isolados uns dos outros, seus resultados não são incorporados diretamente pelo tecido da organização social, senão que se influenciam uns aos outros, são filtrados pelas estruturas locais do social. Para ilustrar mais uma vez com o caso brasileiro, vemos que os fatos da modernização são engendrados no núcleo hegemônico nacional — concentrado no Sudeste do país — a partir de reações entre a correlação de forças ali instalada e a relação com os centros da hegemonia mundial. É um processo cujo desdobramento interno é diferenciado, já que os choques transmitidos por esta relação externa incidem sobre situações locais conseqüentes de diferentes trajetórias dos componentes regionais da formação social. Assim, a grande questão a examinar refere-se à forma como a sociedade brasileira em seu

conjunto processa as mudanças, qual nova composição de classes emerge da assimetria da formação social, qual novo perfil de heterogeneidade, quais novos elementos dão os traços de unidade ao conjunto nacional, ao nível das práticas e das ideologias de classe.

Esses movimentos ocorrem simultaneamente em diversas partes do país, e em cada uma delas são diferentes os pesos dos elementos de mudança e de conservação. Vemos também que os matizes locais do conservadorismo correspondem a diferentes sistemas de interesses e a diferentes horizontes de conhecimento do conjunto. Por exemplo, a correlação entre o aprofundamento do capital no centro hegemônico e sua expansão na periferia rural realiza-se de diferentes modos, como também mudam as interrelações entre as regiões periféricas do país. Mudam as condições concretas de mudança.

Assim, à medida que se percebe o significado da base material nas condições em que se realiza a mudança social, à medida que se percebe que as possibilidades de mudança mudam ao aprofundar-se o conhecimento do conjunto do processo social, torna-se mais importante que a análise social avance apoiada num referencial de análise da totalidade do processo. É necessário, portanto, examinar os nexos entre as mudanças básicas que ocorrem ao nível da economia – que podem ser tomadas agora como uma expressão do processo de acumulação de capital –, e seus resultados qualitativos, registrados ao nível das composições locais de classe.

Concretamente, surgem novos integrantes na composição de classes, mudam as características de outros, e outros simplesmente desaparecem. A renovação da expansão rural é conduzida por um incremento das atividades de produtores operando com critérios de empresa moderna, superpondo-se às formas tradicionais de organização, mas sem eliminá-las; e muitas vezes operando conjuntamente com elas. Vemos que a industrialização avança mediante um sistema de relações entre o setor público e o privado e entre indústrias e bancos, em que a canalização é feita em função de critérios gerais de política, que são formulados a partir dos ajustes de objetivos visualizados ao nível da composição nacional de forças e não do setor industrial em separado. Por sua vez, a urbanização é conduzida em função de expectativas de retorno do capital adscrito ao comércio e a outras formas de terciário, que nem sempre estão atreladas a perspectivas industriais locais.

Sem dúvida, há uma questão fundamental a ser colocada do ponto de vista social, acerca de como se realiza a formação do capital nos países periféricos, em particular na América Latina. O capital segue uma determinada trajetória, formada por uma combinação de perspectivas de lucro e de defesa de interesses de classe que opera, de modo concomitante, nas decisões das empresas e nas do Estado e que se evidencia na racionalidade que prevalece na condução de sua trajetória. Não podemos considerar que a acumulação se mova por uma única racionalidade empresarial, ou que a expressão *empresa* represente uma só forma de organização e um único conjunto de valores.

A empresa contém toda a diversidade conseqüente da modernização do

capital rural e do comercial, pela ascensão de empresas comerciais a escalas maiores de mercado, assim como contém a permanência de formas empresariais já em descompasso com as condições de funcionamento do mercado financeiro, com a própria mobilidade do poder econômico. No caso do Brasil, por exemplo, a formação de capital se faz mediante um conjunto heterogêneo de alianças no âmbito da relação empresa-Estado-empresa, em que o núcleo hegemônico está sob intensa pressão e renovação (por um ambiente de concorrência que prolifera apesar das condições oligopolísticas do mercado) e onde a renovação das empresas atinge os processos de institucionalização do poder que se gesta na economia.

A vertente regional é fundamental nesse processo. Os cortes regionais da economia brasileira correspondem a núcleos de poder político, já resultantes de prolongada interação entre o poder econômico rural e o Estado. A presença local do Estado tem muito de representação desta sedimentação local de poder, já que ela contém todos os elementos representativos das economias mono-exportadoras, dos anteriores mercados regionais privilegiados, enfim, dos elementos que permitiram a sustentação de oligarquias regionais.

O gradual distanciamento do poder federal, na verdade, descreve a superação desse modelo econômico e político de composição regional e o aparecimento de uma lógica de Estado, que não é retroalimentada sobre determinações locais da política regional. O núcleo federal, consubstanciado na burocracia federal, ganha contornos próprios e se distancia das diversas formações regionais, verificando-se que a hegemonia se realiza pelo controle deste núcleo federal, ao tempo em que ele próprio também constitui um espaço alternativo de absorção dos intelectuais orgânicos das regiões subordinadas. Verificamos que ao tempo que diminui a pluralidade das influências externas – o país está mais monotonamente sintonizado com os Estados Unidos – também se intensifica a monotonização da linguagem interna, dos símbolos do núcleo hegemônico nacional. Na complexidade do entrecruzamento de regiões com o núcleo burocrático federal, vemos que ele vem a ser o principal ponto de ressonância da participação direta da esfera pública na relação Estado-empresa na operacionalização da expansão do capital.

Ao aprofundar-se sua presença na expansão do capital, o núcleo federal tem criado seus próprios meios, tornando-se empresa, reservando-se também de sua função tática de suprir a posição da empresa modernizante na formação de capital. A consequência é a bem conhecida celeuma da privatização, que finalmente não é mais que um novo capítulo da luta do capital monopolista no interior do Estado.

A expansão da participação da empresa altera o balanço de poder do lado das empresas. O Estado tem o poder de reservar-se privilégios que são necessários ao fortalecimento do núcleo federal e que não podem, por isso mesmo, deixar de ser instrumento na construção do poder centralizado. Este processo segue no Brasil uma trajetória ininterrupta desde 1930, tendo seus pontos altos no segundo governo Vargas, nos governos Kubistchek, Geisel e no

atual governo Sarney . As diferenças estão mais nos meios que nos fins. Alguns avançaram mediante reformas institucionais, outros avançam mais mediante o controle financeiro. E com o aperfeiçoamento do controle financeiro, o núcleo federal já pode abrir mão de verdadeiros espaços de monopólio na relação externa e nos setores em expansão na economia. A máquina federal já regula as massas de poupança da classe média e os usos desta poupança. De fato, ela se torna um agente principal na determinação da composição de classes e na composição da empresa.

Em vários países, o Estado detém alguns dos principais mecanismos de comando da hegemonia, já que controla praticamente a pesquisa tecnológica, manejando diretamente uma parte dela e gradualmente operacionalizando a universidade, para que ela supra o componente conceitual deste processo. Embora muito mais avançado no Brasil, já se delineia com clareza também no México, na Argentina e na Venezuela o complexo tecnológico e industrial comandado pela esfera pública, em que participam algumas empresas públicas em conjunto com algumas universidades e institutos especiais de pesquisa. E este complexo tem um significado especial na articulação da relação Estado-empresa, já que ele interfere pesadamente no financiamento dado às empresas para que tenham acesso garantido àquela capitalização tecnologicamente mais avançada.

Todo esse processo leva à definição de um novo perfil da unidade nacional, construído a partir da propagação dos impulsos de modernização-capitalização, em que o Estado objetivamente se torna um novo produto de relações de classe e ao mesmo tempo um produtor de mudança. A unidade é constantemente posta em dúvida pelas resistências antepostas ao aprofundamento do processo hegemônico. E aí se encontram os diversos componentes da relação entre capital e trabalho, em seus desdobramentos concretos de um a outro setor, de uma a outra região.

Assim, os atuais problemas de emprego que afetam a América Latina não podem ser reduzidos à correlação entre o número de pessoas efetivamente empregadas e os níveis médios de salários, ou entre o nível dos salários e as necessidades básicas de consumo, senão que a discussão dos problemas econômicos dos trabalhadores compreende o exame do dinamismo de sua posição na trajetória da formação da renda social. A classe dos trabalhadores compreende componentes heterogêneos que não participam de relações semelhantes com o capital, que têm diferentes condições de acesso a diferentes formas contratuais.

As diferenças entre as condições dos trabalhadores urbanos industriais e dos trabalhadores rurais são decisivas, mas também aumentam as diferenças entre as condições dos trabalhadores urbanos, refletidas em grande parte em suas condições de associação, de reciclagem profissional, de acesso a informações gerais de seu ambiente de residência que lhes permitam melhorar suas qualificações profissionais. A segmentação do mercado de trabalho estende-se as dificuldades para transitar entre empregos para trabalhadores semiquálifica-

dos, devidas ao modo oligopolístico de funcionamento das empresas, que lhes dá a oportunidade de manejar reservadamente os postos de trabalho à sua disposição.

Com o aumento da pressão social por emprego, conseqüente do crescimento da população em idade de trabalhar, e os efeitos generalizados da substituição de técnicas na economia, acentua-se a segmentação do mercado de trabalho, verificando-se que o acesso aos melhores empregos torna-se cada vez mais limitado, em termos de regiões e de grupos sociais. Seja porque o número de empregos ligados a condições dinâmicas é proporcionalmente pequeno sobre o total de empregos criados, seja porque as empresas maiores e socialmente mais dinâmicas tendem a transferir custos para as empresas socialmente menos dinâmicas⁽²⁾, estas condições de emprego ligadas à mobilidade social tendem a ficar socialmente mais restritas.

4. A reflexão crítica e sua apropriação de classe

Nas duas seções anteriores tentamos esboçar os principais traços de um processo em curso, de transformação das relações entre capital e trabalho, característico agora dos países periféricos industrializados, a partir de observações factuais em sua maioria relativas ao Brasil. Tais observações certamente teriam de ser enriquecidas com mais elementos indicativos de outros países latino-americanos para garantir a abrangência da análise, se bem que o risco de resvalar na generalização excessiva obrigue a cuidar muito do uso dessas informações. Entendemos que a "modernização" do último decênio atingiu de modo muito diferenciado os países latino-americanos, e que os mais industrializados dentre eles enfrentaram a situação ambígua de avançar em alguns aspectos de sua industrialização, ao tempo em que encararam dificuldades crescentes, resultantes de seu endividamento, ao procurar equilibrar sua balança comercial.

Essa discussão acirra-se com os resultados mais recentes do desempenho das economias nacionais nos últimos anos. O inquestionável fracasso da agricultura, durante a década de 70, pôs por terra a proposta de industrialização acelerada, baseada na expansão do mercado interno e mesmo em exportações privilegiadas, já que deixou os países à mercê de sua capacidade de endividamento como única alternativa para financiar a sustentação de sua taxa de crescimento. E a pressão interna da dívida levou a reiteradas políticas recessivas que bloquearam as pretensões dos governos latino-americanos de absorver as tensões sociais mediante um crescimento do emprego dado por elevadas taxas de crescimento. Esgotaram-se as fontes desse proposto crescimento rápido e

(2) Há inúmeros exemplos de empresas de alta tecnologia que subcontratam parte de suas atividades com outras empresas de menor nível tecnológico, sob a forma de prestação de serviços, na prática aproveitando diferenciais de salário e diferenciais de custos de operação, e ainda mantendo no mercado empresas tecnologicamente obsoletas, porém úteis à reprodução do capital das primeiras.

agravaram-se as pressões sociais.

Esse quadro não altera o fato fundamental de que as modificações nas relações entre capital e trabalho foram comandadas pelo amadurecimento do capital financeiro, que promoveu substituições entre formas de organização da produção agrícola, assim como promoveu os sistemas de venda a crédito e ainda a ampliação da lista de mercadorias industriais. O aprofundamento do capital financeiro vem junto com a concentração bancária e a reorganização das economias para exportar mais.

Há, portanto, elementos comuns aos diversos países que podem ser adicionalmente explorados, que animam a prosseguir com um estilo de análise que combina os fatos próprios das unidades nacionais em seu conjunto – compreendida a questão da hegemonia interna – com fatos regionais, entendido o regional como o âmbito genérico do local. Aí certamente introduzem-se diferenças entre eles e a profundidade histórica que sustenta a formação de suas regiões (não há como comparar a noção de região aplicada ao México e ao Peru com aquela aplicada à Venezuela e ao Brasil). Não cabe dúvida, por exemplo, que esta percepção de trajetórias históricas identificadas com a formação de regiões explica aspectos agora decisivos da realidade social boliviana e da peruana. Mas também não há como negar que a pressão experimentada por cada país tem sido sempre no sentido de uma homogeneização de seu perfil econômico, coincidente com a consolidação de um núcleo hegemônico interno modernizado.

Interessa-nos, portanto, examinar como esse processo econômico dá lugar a uma percepção objetiva da equivalência entre modificações na economia e nas relações de classe e como esta percepção é apropriada pelas classes e pelos segmentos de classes. Está claro que mudam as condições objetivas para perceber o processo em seu conjunto, na medida em que os movimentos de expansão do capital financeiro modificam as condições de inserção dos grupos sociais no processo de produção (por exemplo, o modo como produtores independentes, como alfaiates e sapateiros, e o modo como operários, como eletricitistas e mecânicos, porque melhor treinados ou porque afetados por problemas cíclicos de emprego, são transformados em produtores independentes). A percepção destas interconexões entre as múltiplas formas da modernização certamente não é homogênea. Muda ao longo do tempo, de acordo com as experiências concretas de mobilidade dos trabalhadores⁽³⁾.

A expansão dos meios de informação é o principal condutor dessa conversão das experiências de participação na economia em percepções dos pro-

(3) Aludimos aqui a um aspecto do significado social da mobilidade entre profissões e entre condições do exercício de atividades econômicas, que se observa tanto em profissionais liberais como em trabalhadores braçais. A mobilidade contribui para objetivar a condição de trabalhador no contexto da relação capital-trabalho e para fazer do mercado de trabalho um referencial fidedigno dos efeitos sociais das reorganizações do capital. A objetivação do mercado de trabalho faz-se mediante informações produzidas pela experiência diária que compõem os mecanismos de contratação de trabalhadores em cada região.

cessos sociais e em ulterior capacidade de crítica dos modos como se materializa a relação capital-trabalho. A televisão obviamente ocupa o primeiro lugar na informação sobre o meio onde se vive, mostrando a situação de cada grupo ou contraste com a dos demais. Junto com uma ideologia de consumo identificada com a linguagem e a aparência da classe média, ela transmite o referencial de uma unificação nacional que, por estar vazada nessa imagem de classe média urbana das grandes cidades, transmite valores gerados e alimentados pela classe média das principais cidades. A modernização converte-se em universalização da sociedade de consumo. A unificação nacional vem pela uniformização das formas de consumo, o conhecimento do processo social passa a ser abastecido principalmente por informação indireta. Constrói-se uma imagem do progresso que corresponde apenas a algumas formas de progresso. Nessas condições, o potencial crítico do conhecimento do social passa a estar identificado com as condições de informação mais do que com as condições de experiência direta. E conseqüentemente pesam mais as vantagens dadas pelo conhecimento das trajetórias das transformações sociais.

Neste ponto da análise reintroduz-se o argumento da diferenciação das posições de classe no processamento das mudanças e das informações, sendo que a emergência dos grupos médios de renda, principalmente nas regiões mais ricas, tem um peso crescente nos resultados dessa apropriação de informações, cujo exemplo mais avançado é mais uma vez o de São Paulo, embora o processo envolva crescentemente os sistemas metropolitanos de outras áreas da América Latina.

5. Institucionalização e pedagogia

Uma síntese das mudanças recentes na América Latina indica dois processos sócio-estruturais principais: o estabelecimento das bases para uma sociedade de massas e uma extraordinária ampliação e burocratização dos aparelhos do Estado. No entrecruzamento dos dois, emergem ponderáveis segmentos de classe média que, por sua vez, se articulam crescentemente ao nível nacional.

Esse quadro apresenta, entretanto, problemas significativos quanto à natureza das estruturas sociais nacionais emergentes. De um lado, intensas taxas de exploração da força de trabalho têm levado a uma séria heterogeneidade social e política, o que opera exatamente em oposição a certas características clássicas das sociedades de massa, em particular ao nível dos mercados políticos e culturais. De outro lado, a importância crítica do Estado na produção e reprodução das categorias intermediárias — seja pelo abrigo dentro do aparelho governamental, seja pela dependência do próprio processo de acumulação com referência às políticas públicas e aos investimentos estatais — representa a formação de "classes médias", por assim dizer, estamentais. O resultado desse processo é não só o forte viés "classista" que assumem as relações de classe e o campo social em geral, como a problemática decantação de padrões

de comportamento de classe, numa situação em que classe e poder caminham de maneira tão linear.

O exclusivismo sócio-cultural e político que acompanha o alargamento dessas sociedades de massa, o ineditismo de suas novas classes médias e a íntima relação Estado-capital, associando intensamente poder político e poder econômico, colocam em destaque a questão da institucionalização dos padrões de comportamento que viabilizem as relações interclasses, a articulação intra-classe de categorias que assumem uma vigência nacional e o próprio processo de alargamento da base produtiva desses países. De outro lado, como assinado anteriormente, a heterogeneidade social tem sua contrapartida – crítica no estágio atual da economia mundial e dos quadros políticos nacionais – em agudos desníveis na circulação da informação e no acesso aos meios de processamento do conhecimento.

Não é por acaso que talvez a dimensão mais crítica da crise atual da América Latina esteja ao nível institucional e que a afirmação de padrões democráticos se apresente de modo tão inquietante. Nessa conjuntura, marcada pela problemática institucionalização de novos padrões de comportamento e pelos obstáculos sócio-estruturais à democratização da informação, atentar para a necessidade de desenvolver uma nova pedagogia, no sentido discutido por Jaeger, torna-se crucial. De 1950 até o presente, a matrícula escolar de nível médio cresceu de 10 a 50 por cento na América Latina e o acesso à universidade de 2-3 por cento a 12-15 por cento⁽⁴⁾.

Em qualquer outro momento histórico, esse avanço, ainda que modesto em termos das aspirações sociais atuais, poderia ter implicado uma considerável transformação social, sobretudo ao lado da expansão das telecomunicações. Os sistemas educacionais, entretanto, não conseguiram escapar dos processos políticos mais conservadores e nada mais fizeram do que distribuir diferencialmente serviços e valores legitimadores das desigualdades sócio-culturais e políticas que vêm destruindo as bases das solidariedades tradicionais, sem serem substituídos ainda por qualquer coisa que inspire a confiança de superação do subdesenvolvimento e da crise institucional dos países da região. Daí porque um problema crucial neste momento é saber que elementos teóricos poderão traduzir a síntese das aspirações sociais, oportunidades históricas e condições materiais para a reconstrução dessas sociedades, constituindo as bases ideológicas de suas novas pedagogias.

(4) Cf. BANCO MUNDIAL. *World Development Report, 1985*. Apud Hirschman, Albert O. "The political economy of Latin American development: seven exercises in retrospection". XIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos (LASA), Boston, 23-25 de outubro, 1986.

ABSTRACT

ECONOMIC TRANSFORMATION AND SOCIAL HETEROGENEITY IN LATIN AMERICA

This comparative study develop a theoretical-methodological discussion on the concrete conditions for social change, specifically for change in the capital/work relationship. Priorizing a regional perspective which analyses internal as well as external hegemonies and peripheries, the author examines the relationship between the State and industry, defining the State as a new product of class relations and, at the same time, a producer of change. The synthesis of change in Latin America would be found in the establishment of bases for a mass society and the extraordinary expansion and bureaucratization of State apparatus, accompanied by emerging social national structures.

RESUME

TRANSFORMATION ECONOMIQUE ET HETEROGENEITE SOCIALE EN AMERIQUE LATINE

Cette étude comparative développe une discussion théorique-méthodologique sur les conditions concrètes du changement social, spécifiquement du changement dans les rapports capital/travail. Choissant une perspective régionale qui analyse les hégémonies et périphéries tant internes qu'externes, les auteurs examinent les rapports entre Etat et entreprise, et définissent l'Etat comme nouveau produit des rapports de classes et en même temps producteur de changements. La synthèse du changement en Amérique Latine se trouverait dans l'établissement de bases pour une société de masse et dans l'extraordinaire expansion et bureaucratization de l'appareil d'Etat, accompagnés de structures sociales nationales émergentes.